



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
Avenida do Contorno nº 7526 - Bairro CIDADE JARDIM - CEP 30380000 - Belo Horizonte - MG

ATA

REUNIÃO DA COMISSÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (CPLS)

DATA: 29/08/2025

HORÁRIO - Início: 17h - **Término:** 18h

LOCAL: Reunião virtual pela Plataforma *TEAMS*

PAUTA:

- 1) Panorama sobre os resultados dos indicadores do PLS;
- 2) Andamento das ações de redução de emissão de gases de efeito estufa; e
- 3) Revisão do Plano de Logística Sustentável 2021-2026.

PARTICIPANTES:

Dra. Cristiana Gualberto - Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora da Comissão do PLS

Cassiana Lopes Viana - Diretora-Geral (DG)

Alessandra Cristina da Costa Alves Bruzzi Rocha - Assessora Administrativa de Gestão de Pessoas (AAGP)

Ana Cristina de Oliveira Borges Landau - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Ana Eliza Pandolfi de Abreu - Coordenadora Executiva da Escola Judiciária (CEJ)

Ana Márcia Passarini de Resende - Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SGG)

Ana Paula Fidélis - Coordenadora de Manutenção e Obras (CMO)

Andressa Abreu Paiva - Núcleo de Planejamento e Apoio à Gestão (NPLAG)

Antonio de Faria Neto - Coordenador de Responsabilidade Social (CRS)

Déborah Maciel Corrêa - Coordenador de Atenção á Saúde (CAS)

Juliana Gomes da Costa Sabino - Chefe da Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES)

Karina Marcos Bedran - Chefe da Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Kênia Barrel Alves Dutra - Chefe da Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

Lara Souza Pinheiro de Macedo - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Luiz Otávio Vial - Secretário de Gestão de Serviços (SGS)

Rodolfo Francisco Castro Pacheco - Secretário de Gestão Administrativa (SGA)

Virlei Cardoso de Oliveira Júnior - Chefe do Núcleo de Segurança Institucional (NSEIS)

Wellerson Rubens de Amarante - Secretário de Tecnologia da Informação (STI)

Redatora da ata: Luciana Mara de Oliveira Vale - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

PRÓXIMA REUNIÃO: 07/10/2025, às 14h:30min

PONTOS DISCUTIDOS:

Karina iniciou explanando acerca dos indicadores do Plano de Logística Sustentável. A seguir, passou à apresentação dos indicadores com as metas proporcionais até o mês de julho para verificação dos resultados monitorados pela Seção de Gestão Sustentável (SGESU).

1. Consumo de copos descartáveis

Foi registrada a continuidade das medidas de redução do uso de copos descartáveis, reconhecendo-se os avanços já alcançados e a necessidade de intensificar esforços para diminuir ainda mais esse consumo. A Diretora-Geral sugeriu outra iniciativa para reduzir ainda mais o consumo de copos descartáveis, como, por exemplo, por meio de um comunicado limitando o fornecimento de copos descartáveis ainda mais que o comunicado atual, que permite a solicitação de até 6 centos a cada 6 meses, por área.

2. Consumo de energia elétrica

Na sequência, Karina apresentou os dados referentes ao consumo de energia elétrica, com base em séries históricas desde 2015, destacando os valores monitorados. O indicador está dentro da meta prevista, mas Karina diz que a contratação de energia limpa pelo Tribunal, iniciativa que está em andamento, poderá melhorar ainda mais tal indicador. Foi ressaltada a importância do monitoramento contínuo, com previsão de adoção de ferramenta de *Business Intelligence* (BI) para automatização do processo, reduzindo a dependência de coleta manual de dados pela equipe.

3. Destinação de resíduos

O indicador criado para mensuração de destinação de resíduos para a reciclagem foi o de destinação de papel branco. A meta estabelecida foi de destinação acima de 20% para reciclagem. Verificou-se que foi atingido, até julho de 2025, 37%. Portanto, a meta está dentro do valor previsto.

4. Limpeza

O indicador de gastos com material de limpeza e com contrato de limpeza tem como meta não ultrapassar o incremento máximo de 45% com gastos em relação a anos eleitorais e 40% em relação aos anos não eleitorais, em relação a linha de base. O indicador está dentro da meta prevista. Rodolfo discorreu sobre a alteração que está sendo feita em relação aos contratos na busca de redução do consumo, em que a própria empresa contratada fornecerá o material de limpeza, utilizando o mínimo necessário. A exceção é Belo Horizonte, que continua sendo fornecido pela Seção de Gestão de Almoxarifado (SEGAL). Wellerson demonstrou preocupação em como ocorrerá a medição, mas Rodolfo explicou que as quantidades já estarão previstas em contrato.

5. Papel

O indicador de consumo de papel próprio tem como meta a redução do uso de resmas em 15% nos anos eleitorais e em 10% nos anos não eleitorais. Para 2025, considerando a meta proporcional até julho, o limite de consumo estabelecido é de 6.234 resmas. No período, o Tribunal registrou consumo de 3.453 resmas, mantendo-se, portanto, dentro da meta.

6. Qualidade de vida no trabalho

Há medição da quantidade de ações de qualidade de vida e de ações solidárias, sendo a meta a realização de pelo menos 6 (seis) ações focadas em qualidade de vida em anos eleitorais e 10 (dez) em anos não eleitorais. Para este ano, a meta é de 10 ações. Proporcionalmente, até julho de 2025, a meta proporcional é de realização de 6 ações e, até o momento, já foram realizadas 9 ações, o que demonstra a superação da meta.

7. Telefonia

O indicador de telefonia envolve os gastos e a quantidade de linhas telefônicas. A meta é a de reduzir gastos com telefonia fixa em até 50% até 2026 em relação à linha de base, 2019. Proporcional a 2025, a meta de redução é de 40% e o Tribunal já reduziu aproximadamente 87%. Isso devido à mudança de contrato de telefonia, em que trocaram os telefones individuais para IP. Por ter sido alcançada grande redução para esse indicador, com a revisão será dado enfoque na redução do gasto com telefonia móvel.

8. Água e Esgoto

Nesse tema são monitorados os indicadores de consumo e gasto com água. A meta é reduzir o consumo de água em 1% em ano eleitoral e 2% em ano não eleitoral. Atualmente o Tribunal excedeu a meta. Luiz Vial disse que as tentativas se voltam a identificar onde agir para não sair da meta. Têm sido realizadas algumas medidas, tais como troca de torneiras comuns para automáticas, instalação de vasos acoplados e intensificação da orientação aos terceirizados. Luiz Vial colocou a questão de que alguns cartórios do interior com menos servidores têm consumido mais que outros que têm mais servidores, o que será acompanhado mais de perto.

9. Água Envasada

A meta estabelecida é a redução gradual do consumo até a sua eliminação em 2026. Para o ano de 2025, a meta corresponde a 75% de redução, resultando em um limite máximo de 2.460 unidades no ano, ou 1.435 unidades proporcionalmente até julho. Até o momento, o sistema ASIweb registra o consumo de 2.017 unidades. Contudo, conforme esclarecido por Rodolfo, esse quantitativo decorre do estoque mantido pela empresa, não havendo realização de novas aquisições.

10. Veículos

São medidos vários indicadores do tema veículos, tais como veículos a gasolina, a álcool, a diesel entre outros. É monitorado o gasto médio com manutenção de veículos, cuja meta é não ultrapassar o incremento máximo de 10% em anos eleitorais e 5% em anos não eleitorais, em relação à referência, que são o ano eleitoral e o ano não eleitoral anteriores. Até o momento, para 2025 a meta foi excedida. Wellerson comentou sobre a possibilidade de separação entre manutenções de rotina e manutenções não previstas. Karina disse que pode ser avaliado com a área, mas que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) avalia gasto total. Luiz Vial mostra que comparando 2015 com 2023 percebe-se que temos mantido contrato com valor y e que os custos de manutenção, de peças, tem subido. Ou seja, mesmo com o aumento, há manutenção de valores de gastos. Em 2024 houve um gasto muito grande, o que deveria ter sido melhor observado. Ainda relata que o ano de 2025 tem sido ruim, pois houve problema com ônibus que gastou cerca de 32 (trinta e dois) mil reais. Também frisou que a frota está envelhecida, o que aumenta os gastos com manutenção e frisou sobre a necessidade de renovar a frota. Dos 64 (sessenta e quatro) veículos, 42 (quarenta e dois) estão acima de 10 anos de uso. Relatou também volume alto de troca de pneus dos veículos. Assim, por causa da manutenção do ônibus é muito provável que a meta anual não seja alcançada. Karina comentou que durante a revisão serão avaliadas ações para melhorar tal indicador. Ana Márcia destaca que no processo

de revisão seja avaliado o que de fato é possível de ser feito, levando em consideração as eleições e projetos como o de biometria, o de aproximação com o eleitor, entre outros. Afirmou que deve se definir a conciliação entre o PLS com as estratégias do Tribunal.

11. Capacitação em Sustentabilidade

O indicador de capacitação em sustentabilidade refere-se à participação relativa dos servidores e a meta é obter um percentual de 3% de participação relativa em anos eleitorais e 4% em anos não eleitorais. O indicador está abaixo da meta até julho de 2025, mas a ação de capacitação em sustentabilidade que será disponibilizada pela SGESU está sendo elaborada e a capacitação será disponibilizada em novembro, para duas turmas.

12. Descarbonização

Este indicador foi determinado sua inclusão pelo CNJ, o qual ainda não faz parte do PLS do Tribunal, mas com a revisão será discutido e inserido. Já foram colhidas informações desde 2022 e será elaborada a meta junto às áreas envolvidas. Karina comentou sobre as ações de descarbonização, quer sejam:

1. Redução do consumo de gasolina em 20%;
2. Aquisição de carro híbrido (1 em 2025 e 1 em 2026);
3. Instalação de placas fotovoltaicas;
4. Contratação (licitação) de energia limpa de baixa tensão (CEMIG SIM);
5. Licitação de energia limpa de média tensão (CEMIG SIM).

Luiz Vial comentou sobre cada ação e frisou que o grande desafio se refere à instalação de placas fotovoltaicas, pois levará um tempo maior para ser concretizada. Comentou que o que se produz decota do que se consome, melhorando o indicador de energia elétrica, demonstrando grande desafio pela frente. Dra Cristiana disse que o Tribunal de Justiça (TJ) já fez a licitação de energia limpa de média tensão e que fará a licitação para contratação de energia limpa de baixa tensão. O Tribunal de Justiça Militar (TJM) dispensou. Karina disse que o MPF (Ministério Público Federal) irá se reunir com o Advogado Geral da União para tratar de licitação e direcionamento normativo, reunião esta que determinados servidores do Tribunal poderão participar. Luiz Vial ficou de entrar em contato com o TJ e Ana Márcia se ofereceu para ir junto conversar com Nilton.

Antônio apresentou atualização acerca do Projeto Hämhi | Terra Viva do Instituto pelo Instituto Opaoká, em que uma comunidade muito carente fez parceria com o MP e que têm projetos muito interessantes sobre restauração ambiental. Comprometeu-se de estudar o material recebido e se demonstrou bastante animado com a provável parceria. Karina comentou ter conseguido informações sobre o Projeto TRE Mais Verde, do TRE-RJ. Dra Cristiana pediu olhar apurado para esses projetos.

13. Impressão, gastos com Serviços Gráficos e Obras e Reformas

Têm sido mensurados e na revisão serão estabelecidos indicadores e metas para os temas, de forma a limitar ou manter os gastos. Para obras e reformas ainda será debatido como será mensurado.

14. Equidade e Diversidade

Tema da [Resolução CNJ 550/2024](#), que tem vários indicadores e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pede diversas informações. Está sendo analisada forma de automatizar a coleta de dados. Ana Márcia afirmou que têm sido realizados esforços da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SGG) em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para estruturação das informações sobre equidade, participações, comissões, grupos de trabalho e frisou a grande mobilidade que ocorre na composição de comissões e da dificuldade

de extração de dados. Wellerson comentou que a qualidade dos dados do Tribunal é ruim, com muitas áreas fazendo a mesma coisa, sem centralizar os trabalhos. Karina vai avaliar com a Seção de Administração de Dados (SADMI) para lançamento de dados no Sistema SPLANE. Também disse que entrará em contato com as áreas responsáveis para acerto de indicadores e de metas.

Discussões e encaminhamentos

Cassiana e Dra. Cristiana parabenizaram a apresentação e Dra. Cristiana destacou ainda o amadurecimento da Comissão na análise dos indicadores e enfatizou a necessidade de priorização das ações voltadas à descarbonização, apontando que esse é um campo promissor para avanços institucionais.

Antônio comprometeu-se a encaminhar o material completo da reunião a todos os integrantes, de modo a possibilitar complementações e esclarecimentos posteriores.

Outros membros registraram manifestações de apoio, agradecimentos e votos de bom final de semana, reforçando o espírito colaborativo da Comissão.

Encerramento

Antes de encerrar, Karina reiterou os agradecimentos aos participantes e reforçou que, com a implantação do BI, o acompanhamento dos indicadores será aprimorado.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

E, para constar, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA MARCOS BEDRAN**, **Chefe de Seção**, em 23/09/2025, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANA MARTINS GUALBERTO RIBEIRO**, **Juíza Auxiliar da Presidência**, em 23/09/2025, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA GOMES DA COSTA SABINO**, **Chefe de Seção**, em 23/09/2025, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KÊNIA BARREL ALVES DUTRA**, **Coordenador(a)**, em 23/09/2025, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA MÁRCIA PASSARINI DE RESENDE**, **Secretário(a)**, em 23/09/2025, às 17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA FIDÉLIS**, **Coordenador(a)**, em 23/09/2025, às 19:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO DE FARIA NETO**, **Coordenador(a)**, em 24/09/2025, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DÉBORAH MACIEL CORRÊA**, **Coordenador(a)**, em 24/09/2025, às 19:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA ELIZA PANDOLFI DE ABREU**, **Coordenador(a)**, em 01/10/2025, às 11:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA CRISTINA DA COSTA ALVES BRUZZI ROCHA**, **Assessor(a)**, em 01/10/2025, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIRLEI CARDOSO DE OLIVEIRA JÚNIOR**, **Chefe do Núcleo de Segurança Institucional**, em 04/10/2025, às 16:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ OTÁVIO VIAL**, **Secretário(a)**, em 06/10/2025, às 13:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO FRANCISCO CASTRO PACHECO**, **Secretário(a)**, em 08/10/2025, às 12:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA ABREU PAIVA**, **Chefe de Seção em substituição**, em 22/10/2025, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6714875** e o código CRC **C5D5110A**.

0009786-84.2025.6.13.8000

6714875v1